MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC
Secretaria-Geral/Divisão de Conselhos
Divisão de Conselhos
Av. dos Estados, 5001 · Bairro Santa Terezinha · Santo André - SP
CEP 09210-580 · Fone: (11)3356-7632/7635/7636
conselhos.superiores@ufabc.edu.br

Ata nº 001/2018/Extraordinária/ConsUni

Aos 24 dias do mês de julho do ano de 2018, no horário das 14h , na sala dos Conselhos, Torre 1 - 1º andar, Bloco A, da Universidade Federal do ABC (UFABC), localizada na Av. dos Estados, 5001, Santa Terezinha, Santo André, realiza-se a I sessão extraordinária do Conselho Universitário (ConsUni) da UFABC do ano 2018, previamente convocada pelo magnífico reitor, Dácio Roberto Matheus, e presidida pelo presidente em exercício, Wagner Alves Carvalho, com a presença dos seguintes **conselheiros:** Alessandra de Castilho, representante discente de pós-graduação; André Ricardo Oliveira da Fonseca, representante suplente docente do Centro de Matemática, Computação e Cognição (CMCC); Arnaldo Rodrigues dos Santos Jr, representante suplente docente do Centro de Ciências Naturais e Humanas (CCNH); Charles Morphy Dias dos Santos, pró-reitor de pós-graduação; Eduardo Gueron, representante suplente docente do CMCC; Eduardo Peres Novais de Sá, representante docente do CCNH; Fernando Luiz Cássio Silva, representante suplente docente do CCNH; Francisco de Assis Zampirolli, representante suplente docente do CMCC; Gilberto Maringoni de Oliveira, representante docente do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas (CECS); Harki Tanaka, diretor do CECS; Isis Mustafa de Assis, representante discente de graduação; Itana Stiubiener, representante docente do CMCC; Kleber Ferreira, representante dos técnicos administrativos; Leonardo José Steil, pró-reitor de extensão e cultura; Luciano Soares da Cruz, representante suplente docente do CCNH; Luiz de Siqueira Martins Filho, representante suplente docente do CECS; Maria Isabel Mesquita Vendramini Delcolli, representante dos técnicos administrativos; Max Mario Fuhlendorf, representante discente de pós-graduação; Mônica Schröder, pró-reitora de planejamento e desenvolvimento institucional; Paula Ayako Tiba, pró-reitora de graduação; Raphael Yokoingawa de Camargo, vice-diretor diretor do CMCC; Raquel Vecchio Fornari, representante suplente docente do CMCC; Renata Silva, representante suplente dos técnicos administrativos; Ronei Miotto, diretor do CCNH; Ronny Maciel de Mattos, representante dos técnicos administrativos; Sara Cid Mascareñas Alvarez, pró-reitora de administração; Sara Lorena dos Santos, representante discente de graduação; Sônia Maria Malmonge, pró-reitora de pesquisa e Tatiana Lima Ferreira, pró-reitora adjunta de assuntos comunitários e políticas afirmativas. **Ausências justificadas:** Ana Lígia Scott, representante docente do CMCC; Dácio Roberto Matheus, presidente; Everaldo Carlos Venancio, representante suplente docente do CECS e Luis Paulo Bresciani, representante da comunidade civil. **Ausentes:** Arilson da Silva Favareto, representante docente do CECS; Bruno da Rocha Rodrigues Costa, representante discente de graduação; Cedric Rocha Leão, representante docente do CECS; Jeroen Johannes Klink, representante docente do CECS; José Antonio Souza, representante docente do CCNH; Marcella Pecora Milazzotto, representante suplente docente do CCNH; Maria Elisa Ravagnani Gonçalves Ramos, representante da comunidade civil e Pietro Parronchi, representante discente de graduação. **Não votantes:** Daniel Pansarelli, secretário-geral; Lucas Roberto Paredes Santos, representante suplente discente de graduação e Natália Cristina Barbosa Alves, representante suplente discente de pós-graduação. **Apoio administrativo:** Fabiane de Oliveira Alves, chefe da Divisão de Conselhos; Thiene Pelosi Cassiavillani, secretária executiva; e Natália Paranhos Caoduro, assistente em administração da Secretaria-Geral. Havendo quórum legal, o presidente

em exercício, após cumprimentar os presentes, abre a sessão às 14h19, informando que conduzirá a presente reunião porque o reitor, professor Dácio Roberto Matheus, encontra-se em afastamento oficial. No ensejo, convida o professor Luiz de Siqueira Martins Filho para compor a Mesa. Professor Gilberto Maringoni solicita a palavra para um registro acerca de um e-mail que recebeu de uma Comissão de Sindicância Investigativa, contendo questionamentos acerca de sua participação em um evento na UFABC. Prossegue, realizando a leitura da mensagem. Após a leitura, afirma considerar o conteúdo inapropriado e intimidatório. Professor Wagner informa que a Reitoria vem acompanhando as ações junto à Corregedoria-seccional da UFABC e buscou esclarecimentos acerca do ocorrido, quando então foram informados que se trata de uma apuração preliminar de fatos. Professor Ronei Miotto comunica a existência de outro e-mail contendo informações sobre o ocorrido, o qual foi enviado pelo servidor técnico administrativo Leonardo Lira Lima. Professor Wagner, então, realiza a leitura desse e-mail em que se confirma tratar-se de uma apuração preliminar em curso e não de um processo administrativo disciplinar ou sindicância acusatória, pois sequer houve ainda um juízo de admissibilidade prolatado pela Corregedoria. Afirma, ainda, que apenas após esse procedimento é que se tem uma conclusão, seja pelo arquivamento, seja pela abertura de processos administrativos disciplinares, caso necessário. Explica que a mensagem recebida pelo conselheiro trata-se, possivelmente, de uma transcrição, realizada pela Comissão, das perguntas que constam na denúncia anônima. Acrescenta que a Comissão de Sindicância tem autonomia na instrução do processo, sob acompanhamento da Corregedoria-seccional, que apenas orienta e apoia os trabalhos, prezando pela uniformização de procedimentos e legalidade dos atos praticados. Por fim, solicita colaboração com o trabalho realizado pelas comissões, sempre que possível, apontando a dedicação e trabalho dos colegas envolvidos. Nesse momento, questiona-se se a pessoa convocada a participar da Comissão Investigativa pode se recusar, ao que é esclarecido que apenas em casos de conflito pessoal. Findos os questionamentos, passa-se à discussão dos assuntos em pauta. **Pauta:** Indicação para a chefia da Auditoria Interna da UFABC. Professor Wagner informa os aspectos legais do procedimento e relata a trajetória profissional da servidora indicada, Rosana de Carvalho Dias, que já foi chefe da Auditoria Interna (AudIn) na UFABC, tendo realizado um trabalho exemplar. No período em que se ausentou da UFABC foi auditora em outras instituições. Informa que a atual chefe da Auditoria Interna está no cargo desde 2014 e sua permanência é permitida, apenas, até o final de 2019. Entretanto, em conversa com a servidora, decidiu-se, em comum acordo, que este seria o melhor momento para realizar a substituição, de modo que a servidora já programou o início de atividades pessoais que deseja realizar. Acrescenta que, assim, o início do período de atuação da nova chefe de Auditoria Interna conciliará com o período da nova gestão da UFABC. Em discussão, questiona-se se a Controladoria-Geral da União (CGU) já se manifestou acerca do ofício encaminhado. Professor Wagner esclarece que a aprovação da CGU ocorre somente após a decisão deste Conselho. Então, é solicitado que a Presidência projete a resposta da CGU indicando esse procedimento, ao que é explicado que se tratou de um diálogo no momento da entrega do oficio, não havendo documento a ser projetado. Porém, professor Wagner salienta este é o procedimento legal constante na Portaria nº 2.737, de 20 de dezembro de 2017, que regulamenta os procedimentos de nomeação, designação, exoneração ou dispensa do titular de unidade de auditoria interna das entidades da Administração Pública Federal. Discute-se a interpretação do Art. 2º da Portaria, em que consta, em seu *caput*: "*O dirigente máximo ou responsável pela entidade submeterá a indicação do titular da unidade de auditoria interna ou do auditor interno à aprovação do*

conselho de administração ou órgão equivalente, quando for o caso, e, após, à aprovação da CGU, observado o prazo máximo de que trata o §2º do art. 1º, acompanhada da Declaração preenchida e assinada, conforme modelo do Anexo, e de curriculum vitae, do qual deverão constar, além da formação acadêmica". Ronny Mattos, afirma entender que a aprovação pela CGU deve se dar anteriormente à decisão pelo Conselho da Instituição, apontando os motivos pelos quais acredita ser necessária a retirada do assunto da pauta até a manifestação daquele órgão. Defende que a atual chefe da Auditoria Interna permaneça até o final do período máximo permitido e cita o Art. 9º da Portaria, que regulamenta o período de permanência no cargo. Ressalta que a Auditoria Interna da UFABC é vista como modelo pelas demais instituições e apresenta a Nota Técnica nº 2.077/2017 do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral Da União, que aponta elogios à metodologia de auditoria baseada em risco. Ainda, discorda que a auditoria, como um órgão de controle, seja vinculado à Reitoria, acreditando ser necessária uma revisão no Regimento Geral e do Estatuto da UFABC. Professor Wagner explica que a interpretação dada pelo conselheiro ao Art. 2º da Portaria está incorreta e presta esclarecimentos acerca das etapas do processo: primeiramente, deve ocorrer a aprovação do nome indicado por este Conselho e, então, somente após este passo, o nome é enviado para manifestação da CGU. Sobre a Nota Técnica apresentada, concorda que a Instituição tem sido identificada como a origem de diversas ações bastante positivas, inclusive em relação à Auditoria Interna. Ainda, elogia o trabalho da atual chefe da AudIn e informa que a metodologia de auditoria citada, baseada em risco, foi iniciada na UFABC pela chefia anterior, a pessoa que está sendo indicada no momento. Ainda em discussão, aponta-se discordância em relação à substituição da chefia de um órgão de controle sem que se finde o período de seu mandato ou que a pessoa solicite deixar o cargo. É explicado que foi realizada uma conversa com a servidora, que concordou ser mais adequado deixar o cargo neste momento. Outros conselheiros manifestam concordância com a Presidência acerca da interpretação das normas colocadas na Portaria nº 2.737/2017 e apontam não haver motivos para solicitar outra manifestação da CGU, além da verbal, sobre o adequado fluxo a ser seguido. Após questionamentos e esclarecimentos prestados pelo relator, a indicação da servidora Rosana de Carvalho Dias como chefe da Auditoria Interna da UFABC, a ser encaminhado para posterior avaliação da CGU, é encaminhada para votação e aprovada com 21 votos favoráveis, 3 votos contrários e 6 abstenções. Finda a votação, o conselheiro Ronny Mattos justifica seu voto contrário, tendo em vista não concordar com as justificativas apresentadas e por acreditar que a atual chefe da AudIn deveria permanecer no cargo até o final de seu mandato, entretanto, reforça que não se opõe à indicação do nome da servidora Rosana. O conselheiro Ronei Miotto afirma ter sido contrário à proposta por não considerar adequada a substituição de uma servidora de um órgão de controle interno durante seu mandato sem que haja uma carta de solicitação de dispensa do cargo. Proposta orçamentária 2019. A relatora e pró-reitora de administração, Sara Cid Mascareñas Alvarez, apresenta o histórico de construção da Proposta orçamentária. Ela afirma que, desde o ano de 2008, diversas ações foram realizadas até que se chegasse ao modelo atual de planejamento orçamentário da UFABC. Em 2008, ocorreu o primeiro levantamento junto às áreas para previsão dos valores a serem executados no próximo exercício. No ano de 2009, foi instituída a Comissão de Natureza Orçamentária e Administrativa (Canoa) e criada a Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (ProPlaDI). Já em 2010, criou-se a figura do Agente de Planejamento (AP) e adotou-se o modelo de levantamento das demandas pelas áreas com sistematização pela ProPlaDI. Em seguida, em 2013, aprovou-se a Resolução ConsUni nº 103, que regulamenta normas gerais para elaboração

das propostas orçamentárias. No ano de 2015, regulamentou-se, também, as Despesas de Uso Comum (DUC), cuja normativa vigente é a Portaria da Reitoria nº 163, de 13 abril de 2017. Em 2016, houve o lançamento do Boletim Orçamentário Anual e, por fim, em 2017, a Resolução ConsUni nº 176 instituiu a divulgação de relatórios informativos de liberação orçamentária e financeira, a realização de audiências públicas e as normas para elaboração das diretrizes orçamentárias anuais. Ainda, a Resolução ConsUni nº 184, instituiu as Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2018. Já em 2018, no mês de maio, foi apresentado o calendário da elaboração da proposta orçamentária 2019. Prossegue, elencando as etapas da elaboração da Proposta orçamentária 2019 até o momento, a saber: a) de 7 a 28 de maio, as Áreas de Execução Orçamentária (AEO) elaboraram suas propostas, indicando a descrição das despesas de custeio e de investimento e os valores previstos; b) em 28 de maio, encerrou-se o prazo para os AP encaminharem as propostas das AEO à ProPlaDI/Coordenadoria de Planejamento Orçamentário (CPO); c) de 29 de maio a 20 de junho, a CPO da ProPlaDI, juntamente com os AP e dirigentes, esclareceu dúvidas, realizou ajustes, eliminando duplicidades, e corrigiu valores subestimados ou superestimados; d) entre 21 a 25 de junho, a ProPlaDI e a Reitoria consolidaram as propostas de todas as AEO; e) em 5 de julho, realizou-se a I reunião extraordinária da CANOA, momento em que a proposta consolidada foi apresentada e, em seguida, discutida entre os membros da Comissão; f) de 6 a 16 de julho, a ProPlaDI esclareceu as dúvidas levantadas pelos membros da CANOA e realizou os últimos ajustes e a consolidação da Proposta orçamentária e g) por fim, hoje, 24 de julho, a Proposta orçamentária 2019 é apresentada nesta I sessão extraordinária do ConsUni. Em seguida expõe: 1) o orçamento executado do ano de 2017: R$ 37.704.194,99 de custeio e R$ 23.381.597,50 de investimento, totalizando R$ 61.085.792,49; 2) o orçamento da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2018: R$ 49.477.807,00 de custeio e R$ 4.827.191,00 de investimento, totalizando R$ 54.304.998,00 e c) a proposta das AEO da Proposta de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2019: R$ 77.263.960,88 de custeio e R$ 145.820.481,27 de investimento, totalizando R$ 223.084.442,15. Prossegue, apresentando um gráfico comparativo entre os valores da PLOA e da LOA desde o ano de 2012, tanto para custeio quanto para investimento. Ainda, relata que as dúvidas levantadas durante a reunião da CANOA foram sanadas pela ProPlaDI e os valores foram adequados, ressaltando que as propostas das AEO demonstram o esforço da Administração em reduzir seus custos, uma vez que não foram identificadas distorções nos valores propostos. Explica, com base no histórico de 2012 a 2018, que a perspectiva é que haja cortes na Proposta Orçamentária 2019, gerando impactos significativos no desenvolvimento das atividades acadêmicas e administrativas e, por conseguinte, a necessidade de que sejam definidas as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2019, bem como adoção de políticas inovadoras para gestão dos recursos. Por fim, apresenta o Parecer da CANOA, que recomenda a aprovação da Proposta na presente sessão. Em discussão, são realizadas as seguintes manifestações: (i) menciona-se estar previsto no orçamento do próximo ano, aproximadamente R$ 3,7 milhões para a construção de linhas de gases, demonstrando-se preocupação com a sustentabilidade de tais linhas, uma vez que a Pró-Reitoria de Pesquisa (ProPes) tem uma previsão de apenas R$ 120 mil para gases da Central Experimental Multiusuário. Afirma-se, então, que, com todas as linhas de gases previstas funcionando, um valor muito maior será necessário para sustentá-las. A pró-reitora de pesquisa, professora Sônia Malmonge, afirma que, de fato, a ProPes, atualmente, arca apenas com os gases das Centrais Multiusuário. Esclarece que aqueles pesquisadores que utilizam gases, os adquirem e mantêm com verbas de seus projetos de pesquisa. Ela lembra, ainda, que muitos desses

pesquisadores erradamente armazenam os cilindros em seus laboratórios e ressalta que a Instituição busca corrigir essa situação, por meio da instalação das linhas de gases e, assim que elas estiverem prontas, deve-se prosseguir à discussão sobre sua manutenção. Professora Mônica afirma que o impacto da adequação das instalações de gases, nesse momento, é de investimento, impacto esse que recairá sobre o custeio apenas em cerca de 2020. Ela explica que será necessário criar dispositivos de aproximação de áreas com despesas compartilhadas, num modelo aproximado ao das Despesas de Uso Comum (DUC). Ainda em relação a esse tópico, afirma-se que, em conversa com membros do Grupo de Trabalho (GT) Gases, obteve-se a informação de que linhas de gases não eram necessárias no Bloco Delta, porém, ainda assim elas foram construídas. Desse modo, reflete-se haver carência de diálogo com os usuários finais para que se possa aperfeiçoar a utilização do orçamento da UFABC. Ainda, questiona-se se esse modelo das DUC será adotado para 2019, mesmo não aparecendo na Proposta Orçamentária. Professora Mônica afirma que o modelo mencionado não aparece na Proposta Orçamentária, pois a Portaria da Reitoria que regulamenta as normas gerais para realização de despesas de uso comum precisa ser atualizada e as discussões entre os Centros e a Pró-Reitoria de Graduação (ProGrad) sobre a responsabilidade de compra dos insumos para laboratórios didáticos ainda precisa avançar; (ii) realiza-se questionamento acerca da Taxa de Ressarcimento Institucional (TRI), afirmando-se não tê-la encontrado na Proposta Orçamentária consolidada, aparecendo apenas na Proposta da ProPes e do CCNH. Solicitam-se esclarecimentos acerca das conversas entre os Ministérios do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) e da Educação (MEC) sobre a TRI passar a ser considerada renda própria. Ainda, menciona-se a Resolução ConsUni nº 159, que dá regras à Taxa de Ressarcimento Institucional (TRI) incidente sobre desenvolvimento de projetos e prestação de serviços pela UFABC, afirmando-se que talvez seja o momento de uma nova discussão a esse respeito. Professora Mônica afirma que essa questão foi levantada, também, na reunião da CANOA e, a partir dela, houve uma discussão dentro da ProPlaDI. Explica que se concluiu que a Proposta Orçamentária não é o espaço ideal para a previsão de receitas, uma vez que ela trata das despesas da Instituição. Ainda, informa já haver fluxos específicos em relação à TRI e à Fonte 250. Por fim, explica que, como a discussão acerca da previsão ou não dessas receitas teve início no meio do processo de elaboração da Proposta Orçamentária, optou-se por não padronizar essa informação neste ano, mas realizar um trabalho de orientação aos dirigentes e AP para o próximo ano. Sobre o que ocorre no Congresso, informa que há uma discussão envolvendo a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), o MEC e a Comissão do Orçamento para viabilizar que, no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, a questão das receitas próprias fosse desvinculada da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do Teto de gastos públicos. Porém, não se sabe se isso, de fato, ocorrerá. Finaliza, explicando não haver, neste momento, total clareza acerca do cenário de 2019 em relação à Fonte 250; (iii) menciona-se que a UFABC considera, em sua proposta, conceder cerca de mil bolsas socioeconômicas e 450 auxílios-moradia em 2019, o que se considera pouco, levando-se em conta o número de alunos cotistas. A representante dos técnicos administrativos, Maria Isabel, informa que o aumento das bolsas foi solicitado na reunião da CANOA e acatado, uma vez que há um aumento de quase 50% na quantidade das bolsas em relação à previsão inicial. Esclarece-se que a efetivação desse aumento, todavia, depende da efetivação da LOA; (iv) parabeniza-se a ProPlaDI e a ProAd pelo trabalho, que se considera muito bem realizado neste ano. Ainda, menciona-se uma fala de professora Mônica na Audiência Pública sobre transparência ativa e ressalta-se a importância de se avançar e refletir

sobre o orçamento participativo, com votação pública. Professora Mônica afirma que essa discussão precisa ser amadurecida para que se possa dar um retorno à comunidade a esse respeito. Não havendo mais manifestações, professor Wagner encaminha o documento para deliberação. Em votação, a Proposta Orçamentária 2019 é aprovada por unanimidade. Professor Wagner agradece as pró-reitoras de planejamento e desenvolvimento institucional e de administração, Mônica Schröder e Sara Cid, bem como suas equipes, por tratarem do assunto de maneira muito adequada, eficiente e correta. Afirma estar prevista a viagem dos professores Dácio e Mônica ao MEC para apresentação da proposta aqui aprovada. Como nenhum dos participantes deseja fazer uso da palavra, o presidente em exercício agradece a presença de todos e encerra a sessão às 15h40. Do que para constar, nós, Fabiane de Oliveira Alves, chefe da Divisão de Conselhos; Natália Paranhos Caoduro, assistente em administração; e Thiene Pelosi Cassiavillani, secretária executiva da Secretaria-Geral, em conjunto com o secretário-geral, Daniel Pansarelli, lavramos e assinamos a presente Ata aprovada pelo Conselho.

Fabiane de Oliveira Alves
Chefe da Divisão de Conselhos

Natália Paranhos Caoduro
Assistente em Administração

Thiene Pelosi Cassiavillani
Secretária Executiva

Daniel Pansarelli
Secretário-Geral